

ASSUNTO:	CPI da Cyrela ouve novas testemunhas e cumpre segunda etapa das oitivas
SITE:	http://www.diegoemir.com/
EDITORIA:	POLÍTICA
DATA:	09/01/2019

CPI da Cyrela ouve novas testemunhas e cumpre segunda etapa das oitivas



A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Cyrela nesta terça-feira 08/01, iniciou a segunda etapa das oitivas, concluindo os interrogatórios com as testemunhas convocadas. Os depoimentos foram prestados para apuração das irregularidades cometidas pela empresa Cyrela nos imóveis Jardins Toscana e Provence, Pleno Residencial e Vitória.

A comissão contou com a presença do presidente Deputado Estadual Zé Inácio (PT), César Pires (PV), Wellington do Curso (PSDB), que interrogou sete convocados.

Como convocados foram ouvidos Genilde Campagnaro, da Secretaria de Pesca e Agricultura da Secretaria de Meio Ambiente, Andrea Alves Fonseca Fernandes da Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação-Semurh, Júlio César Silveira Gonçalves, Coronel do Corpo de Bombeiros, Domingos José Soares, ex-Secretário de Urbanismo e Habitação, José de Ribamar Rodrigues Fernandes diretor de Energia e Meio Ambiente da Caema, Márcio Vaz, ex-Secretário de Meio Ambiente e Alex Rodrigues, ex-engenheiro civil da empresa Cyrela.



A CPI da Cyrela, ainda deverá ouvir o diretor da empresa residente em São Paulo e que justificou sua ausência com laudo médico devido a problemas de saúde. O laudo estar sendo avaliado pela junta médica da Assembleia, que decidirá quando ele deve ser interrogado.

Nesta etapa, os entrevistados responderam perguntas quanto a liberação de licenças para concessão de recursos hídricos, análise dos projetos e licenças para construção dos imóveis como a habite-se, vistorias nas etapas preventivas dos projetos, construções que foram realizadas em Área de Preservação Permanente-APP, projetos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, assistência técnica e execução da estrutura dos empreendimentos.

O Deputado Zé Inácio falou do avanço dos trabalhos realizados pela CPI. **“Consideramos satisfatórios as atividades da CPI que irá contribuir para o aperfeiçoamento da legislação estatual, sob competência da Assembleia, como nos procedimentos para a concessão de licenças, para que empreendimentos não venham a ser construídos desta forma gerando prejuízos aos consumidores”**, disse.

Com a conclusão dos trabalhos da CPI será realizado o relatório até o dia 31 de janeiro. Que será encaminhado as autoridades competentes pelo relator da CPI o Deputado Rogério Cafeteira (DEM), e caso haja responsabilidade criminal ou civil, será investigado pelas autoridades competentes.

ASSUNTO:	CPI da Cyrela ouve novas testemunhas e cumpre segunda etapa das oitivas
SITE:	http://luiscardoso.com.br/
EDITORIA:	POLÍTICA
DATA:	09/01/2019

CPI da Cyrela ouve novas testemunhas e cumpre segunda etapa das oitivas

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Cyrela nesta terça-feira 08/01, iniciou a segunda etapa das oitivas, concluindo os interrogatórios com as testemunhas convocadas. Os depoimentos foram prestados para apuração das irregularidades cometidas pela empresa Cyrela nos imóveis Jardins Toscana e Provence, Pleno Residencial e Vitória.



A comissão contou com a presença do presidente Deputado Estadual Zé Inácio (PT), César Pires (PV), Wellington do Curso (PSDB), que interrogou sete convocados.

Como convocados foram ouvidos Genilde Campagnaro, da Secretaria de Pesca e Agricultura da Secretaria de Meio Ambiente, Andrea Alves Fonseca Fernandes da Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação-Semurh, Júlio César Silveira Gonçalves, Coronel do Corpo de Bombeiros, Domingos José Soares, ex-Secretário de Urbanismo e

Habitação, José de Ribamar Rodrigues Fernandes diretor de Energia e Meio Ambiente da Caema, Márcio Vaz, ex-Secretário de Meio Ambiente e Alex Rodrigues, ex-engenheiro civil da empresa Cyrela.

A CPI da Cyrela, ainda deverá ouvir o diretor da empresa residente em São Paulo e que justificou sua ausência com laudo médico devido a problemas de saúde. O laudo estar sendo avaliado pela junta médica da Assembleia, que decidirá quando ele deve ser interrogado.



Nesta etapa, os entrevistados responderam perguntas quanto a liberação de licenças para concessão de recursos hídricos, análise dos projetos e licenças para construção dos imóveis como a habite-se, vistorias nas etapas preventivas dos projetos, construções que foram realizadas em Área de Preservação Permanente-APP, projetos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, assistência técnica e execução da estrutura dos empreendimentos.

O Deputado Zé Inácio falou do avanço dos trabalhos realizados pela CPI. “Consideramos satisfatórios as atividades da CPI que irá contribuir para o aperfeiçoamento da legislação estadual, sob competência da Assembleia, como nos procedimentos para a concessão de licenças, para que empreendimentos não venham a ser construídos desta forma gerando prejuízos aos consumidores”, disse.

Com a conclusão dos trabalhos da CPI será realizado o relatório até o dia 31 de janeiro. Que será encaminhado as autoridades competentes pelo relator da CPI o Deputado Rogério Cafeteira (DEM), e caso haja responsabilidade criminal ou civil, será investigado pelas autoridades competentes.

ASSUNTO:	CPI da Cyrela toma depoimentos de testemunhas
SITE:	http://luiscardoso.com.br/
EDITORIA:	POLÍTICA
DATA:	09/01/2019

CPI da Cyrela toma depoimentos de testemunhas

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Cyrela ouviu, nesta terça-feira (19), depoimentos de seis testemunhas, numa maratona que começou às 9h e terminou às 14h. Participaram da tomada de depoimentos os deputados Zé Inácio (PT), presidente da CPI, e César Pires (PV). Prestigiaram a audiência os deputados Wellington do Curso (PSDB) e o deputado eleito Felipe dos Pneus (PRTB).



Foram ouvidos vários ex-servidores de órgãos públicos ou da Cyrela que concederam licenças para instalação de novos condomínios em áreas irregulares. O presidente da CPI fez avaliação positiva pela superação de mais uma etapa dos trabalhos da Comissão, criada para investigar supostas irregularidades na execução de empreendimentos imobiliários no Maranhão, como Jardins, Pleno, Condomínio Toscana e Condomínio Vitória.

“Só falta ouvir o diretor da empresa que reside em São Paulo, mas as demais testemunhas já falaram dentro do nosso planejamento inicial. Após ouvirmos um dos diretores da empresa, vamos concluir os trabalhos, fazendo o relatório para ser encaminhado para as autoridades competentes. Até o dia 31 de janeiro, os trabalhos da



CPI estarão concluídos, com a formalização do relatório que será encaminhado pelo deputado Rogério Cafeteira (DEM) às autoridades. Até o momento, consideramos que o nosso trabalho é satisfatório”, afirmou Zé Inácio.

Vários depoimentos

A primeira testemunha ouvida pela CPI, logo cedo, foi a ex-secretária de Estado do Meio Ambiente, Janilde Campagnaro, que ocupou o cargo em 2014, e é analista ambiental. Ela disse desconhecer detalhes sobre o processo de licenciamento do projeto do Condomínio Toscana, mas que todos foram feitos dentro da legislação.

Em seguida, foi a vez da CPI ouvir Andréa Alves Ferreira, superintendente de Urbanismo da Secretaria Municipal de São Luís (Semthurb). O deputado César Pires questionou sobre os casos de Habite-se que são concedidos irregularmente, sem que tenha fiscalização in loco, como no Condomínio Vitória, na Forquilha, em São Luís. César Pires questionou os pareceres dela, por assinar “documentação frágil”.

O terceiro depoimento foi o do ex-comandante de Bombeiros na região, coronel Júlio César Silveira Gonçalves (2013/14) e garantiu que estava de licença do cargo quando o certificado do Habite-se do Condomínio Vitória foi autorizado.

“Só ouvi transferência de responsabilidade, nos depoimentos tomados. Precisamos fazer projetos de lei que melhorem a legislação sobre edificações e a liberação de obras”, defendeu César Pires.

Ex-secretário depõe

O ex-secretário de Urbanismo e Habitação de São Luís, Domingos José Soares de Brito, foi outro que foi ouvido pelos deputados. Ele disse ter seguido a legislação federal quando da expedição de certidão. Negou qualquer responsabilidade nos casos citados pelos deputados. Também quem negou qualquer responsabilidade foi o ex-diretor de Engenharia e Meio Ambiente da Caema, José de Ribamar Rodrigues Fernandes, outra testemunha ouvida pela CPI.

Os deputados queriam saber se a empresa aprovou a construção de estação de tratamento de esgoto no Condomínio Vitória, mesmo com a ressalva do Ministério Público (MP), por ficar dentro de Área de Preservação Ambiental (APP). Zé Inácio lembrou que a estação foi construída quase dentro do rio e na piscina, entra água proveniente do Rio Paciência, onde habitam jacarés.

Ao participar da oitava, o deputado Wellington do Curso questionou o ex-secretário da Semthurb e consultor Márcio Vaz, a testemunha ouvida em seguida. Ele disse que não falava em nome da Cyrela, porque não acompanhou a execução dos projetos. Vaz disse



também que a legislação já foi alterada em 2012, permitindo a Estação de Tratamento de Esgoto dentro da área.

Por último, foi ouvido o engenheiro civil Alex Rodrigues da Silva, que em 2016/17 implantou o Departamento de Assistência Técnica da Cyrela no Maranhão. Ele disse que acompanhou a resolução dos problemas denunciados por moradores no Pleno Residencial, Condomínio Vitória e Jardins. De acordo com o engenheiro, problemas como vazamentos de gás, na hidráulica e na instalação eléctrica são “corriqueiros”.

- ✓ [CPI do caso Cyrela reúne-se e ouve as primeiras testemunhas](#)
- ✓ [Zé Inácio \(PT\) anuncia instalação de CPI e cobra punição para a construtora Cyrela no Maranhão](#)
- ✓ [Assembleia instala CPI que irá investigar obras da construtora Cyrela no Maranhão](#)

ASSUNTO:	César Pires voltará a apresentar a PEC da emenda impositiva na Assembleia
SITE:	http://www.marcoareliodeca.com.br/
EDITORIA:	POLÍTICA
DATA:	09/01/2019

Texto garantiria que parlamentares destinassem recursos para municípios ou áreas que considerem prioritárias.



Texto do parlamentar aponta que recursos pudessem ser destinados para áreas específicas

Assim que a Assembleia Legislativa retomar suas atividades, em fevereiro, o deputado César Pires apresentará novamente uma Proposta de Emenda à Constituição que altera a Constituição Estadual para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária do Estado. Na prática, a matéria garante aos parlamentares o direito de destinar recursos estaduais para municípios ou áreas que considerarem prioritárias, atendendo às demandas da população.

A chamada PEC da Emenda Impositiva altera o artigo 137 da Constituição Estadual, que no inciso 7º passaria a vigorar com o seguinte texto: “As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de um inteiro e cinco décimos por cento da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde. E pelo inciso 8º “é obrigatória a execução orçamentária e financeira das programações a que se refere o inciso 7º”.

César Pires disse esperar que o plenário vote a PEC da Emenda Impositiva com a liberdade de poder lutar pelo direito de destinar recursos do orçamento estadual para



ações e obras que atendam às necessidades da população, independente de quem esteja no comando do Executivo. “No âmbito federal, em vários estados e até no Município de São Luís já vigoram as emendas impositivas. Não há porque o Maranhão não adotar o mesmo instrumento. Nós parlamentares fomos eleitos para representar os interesses da população, independente de sermos aliados ou não do governo. Por isso espero contar com o apoio dos demais deputados para que possamos aprovar a PEC”, declarou.

César Pires cita como exemplo a emenda de sua autoria que destina, do orçamento estadual de 2019, R\$ 1 milhão para o Hospital Aldenora Belo. “É de suma importância assegurar recursos para o hospital que trata pacientes com câncer de todo o Maranhão. E sem a aprovação da PEC não temos a garantia de que essa emenda será cumprida, a exemplo do que ocorreu ano passado. Os interesses da população devem estar acima das divergências políticas”, concluiu o deputado.

ASSUNTO:	CPI da Cyrela ouve novas testemunhas e cumpre segunda etapa das oitivas
SITE:	http://www.blogsoestado.com/danielmatos/
EDITORIA:	POLÍTICA
DATA:	09/01/2019

CPI da Cyrela ouve novas testemunhas e cumpre segunda etapa das oitivas



A comissão contou com a presença do presidente, deputado estadual Zé Inácio, César Pires, Wellington do Curso, que interrogaram sete convocados

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Cyrela nesta terça-feira 08/01, iniciou a segunda etapa das oitivas, concluindo os interrogatórios com as testemunhas convocadas. Os depoimentos foram prestados para apuração das irregularidades cometidas pela empresa Cyrela nos imóveis Jardins Toscana e Provence, Pleno Residencial e Vitória.

A comissão contou com a presença do presidente, deputado Estadual Zé Inácio (PT), César Pires (PV), Wellington do Curso (PSDB), que interrogaram sete convocados.

Como convocados, foram ouvidos Genilde Campagnaro, da Secretaria de Pesca e Aquicultura; da Secretaria de Meio Ambiente; Andrea Alves Fonseca Fernandes, da Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação (SEMURH); Júlio César Silveira Gonçalves, coronel do Corpo de Bombeiros; Domingos José Soares, ex-secretário de Urbanismo e Habitação; José de Ribamar Rodrigues Fernandes, diretor de Energia e Meio Ambiente da Caema; Márcio Vaz, ex-secretário de Meio Ambiente, e Alex Rodrigues, ex-engenheiro civil da empresa Cyrela.



Deputado estadual Zé Inácio preside a CPI da Cyrela

A CPI da Cyrela ainda deverá ouvir o diretor da empresa, residente em São Paulo, que justificou sua ausência com laudo médico devido a problemas de saúde. O laudo está sendo avaliado pela junta médica da Assembleia, que decidirá quando ele deve ser interrogado.

Nesta etapa, os interrogados responderam perguntas quanto à liberação de licenças para concessão de recursos hídricos, análise dos projetos e licenças para construção dos imóveis como a habite-se, vistorias nas etapas preventivas dos projetos, construções que foram realizadas em Área de Preservação Permanente-APP, projetos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, assistência técnica e execução da estrutura dos empreendimentos.

O deputado Zé Inácio falou do avanço dos trabalhos realizados pela CPI. “Consideramos satisfatórios as atividades da CPI que irá contribuir para o aperfeiçoamento da legislação estadual, sob competência da Assembleia, como nos procedimentos para a concessão de licenças, para que empreendimentos não venham a ser construídos desta forma gerando prejuízos aos consumidores”, disse.

Com a conclusão dos trabalhos da CPI será realizado o relatório até o dia 31 de janeiro. Que será encaminhado as autoridades competentes pelo relator da CPI o Deputado Rogério Cafeteira (DEM), e caso haja responsabilidade criminal ou civil, será investigado pelas autoridades competentes.

ASSUNTO:	César Pires voltará a apresentar a PEC da emenda impositiva na AL
SITE:	http://gilbertoleda.com.br/
EDITORIA:	POLÍTICA
DATA:	09/01/2019

César Pires voltará a apresentar a PEC da emenda impositiva na AL



Assim que a Assembleia Legislativa retomar suas atividades, em fevereiro, o deputado César Pires apresentará novamente uma Proposta de Emenda à Constituição que altera a Constituição Estadual para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária do Estado.

Na prática, a matéria garante aos parlamentares estaduais o direito de destinar recursos estaduais para municípios ou áreas que considerarem prioritárias, atendendo às demandas da população.

A chamada PEC da Emenda Impositiva altera o artigo 137 da Constituição Estadual, que no inciso 7º passaria a vigorar com o seguinte texto: “As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de um inteiro e cinco décimos por cento



da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde. E pelo inciso 8º “é obrigatória a execução orçamentária e financeira das programações a que se refere o inciso 7º”.

César Pires disse esperar que o plenário vote a PEC da Emenda Impositiva com a liberdade de poder lutar pelo direito de destinar recursos do orçamento estadual para ações e obras que atendam às necessidades da população, independente de quem esteja no comando do Executivo.

“No âmbito federal, em vários estados e até no Município de São Luís já vigoram as emendas impositivas. Não há porque o Maranhão não adotar o mesmo instrumento. Nós parlamentares fomos eleitos para representar os interesses da população, independente de sermos aliados ou não do governo. Por isso espero contar com o apoio dos demais deputados para que possamos aprovar a PEC”, declarou César Pires, lembrando que defendeu a aprovação da emenda impositiva mesmo quando era líder do governo na Assembleia Legislativa.

César Pires cita como exemplo a emenda de sua autoria que destina, do orçamento estadual de 2019, a destinação de R\$ 1 milhão para o Hospital Aldenora Belo. “É de suma importância assegurar recursos para o hospital que trata pacientes com câncer de todo o Maranhão. E sem a aprovação da PEC não temos a garantia de que essa emenda será cumprida, a exemplo do que ocorreu ano passado. Os interesses da população devem estar acima das divergências políticas”, concluiu o deputado.